

ATA NÚMERO 33/XIII (1.ª) SL
05 de julho de 2016 – 15h00

Aos cinco dias do mês de julho de 2016, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação e Ciência, na Sala 3, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

- Da reunião de 29 de junho

3. Comunicações do Presidente

4. Audição do Ministro da Educação, para apreciação da política geral do Ministério, no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República – 15h00

5. [Petição n.º 88/XIII \(1.ª\)](#) - Apresentada por José Manuel Maurício Brás, solicitando que o Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, seja alterado, de modo a prever a atribuição de certificação a ações de formação de curta duração

- Apreciação e votação do relatório final da petição
- Deputado relator: Maria Augusta Santos (PS)

6. [Petição n.º 101/XIII \(1.ª\)](#) — Apresentada por José Manuel Maurício Brás, solicitando a regulamentação que permita a certificação de competências avançadas em TIC, nível III e a revisão do regime legal de avaliação de desempenho dos docentes do grupo 540, no que se refere à formação contínua

- Apreciação e votação do relatório final da petição
- Deputado relator: Maria Augusta Santos (PS)

7. Outros assuntos

8. Data da próxima reunião

12 de julho de 2016, 3.ª feira, 15h (audição do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior)

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

3. Comunicações do Presidente

3.1 Pedido de informações ao Governo na sequência da discussão do [projeto de resolução n.º 68/XIII \(1.ª\)](#), visando a «uniformização da aplicação do regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1.º ciclo do ensino básico do ensino público em regime de monodocência, que concluíram o magistério primário e de educação de infância em 1975 e 1976»

Apesar de não haver quórum, os Grupos Parlamentares deram o seu assentimento a que a reunião prosseguisse, entrando, assim, o Senhor Presidente na apreciação do primeiro ponto do ponto respeitante às «Comunicações do Presidente», tendo, para esse efeito, o Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) usado da palavra para referir que em seu entendimento os serviços de apoio à comissão devem officiar a Caixa Geral de Aposentações, através do Gabinete do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, solicitando informações sobre a matéria. Adiantou que, segundo diz a própria iniciativa do Grupo Parlamentar do BE, «(...) tem havido ao longo do tempo, por parte da Caixa Geral de Aposentações, interpretação variada sobre o regime especial de aposentação, tendo mesmo já após publicação da referida legislação contabilizado como carreira completa 40 anos de serviço, quando devia ser 34, e feito a partir daí os respetivos cálculos de que resultaram prejuízos para os docentes aposentados neste regime. Alguns aposentados recorreram já aos tribunais para que lhes seja feita justiça; outros, por terem deixado passar os prazos de reclamação, acumulam prejuízos na sua pensão. Esta situação comporta desigualdades face à lei em grande medida provocadas por diferentes interpretações legais feitas pela Caixa Geral de Aposentações que importa sanar.» Concluiu afirmando que há situações estranhas de perceber e que são reveladoras de alguma injustiça e, nesse sentido, deve ser pedido à CGA para explicar esta situação.

A Senhora Deputada Maria Germana Rocha (PSD) defendeu que para se obter uma resposta mais célere os serviços deviam officiar diretamente a Caixa Geral de Aposentações, dando disso

conhecimento ao Gabinete do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, tendo a Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) adiantado que, quanto a si, essa questão devia ser colocada diretamente à Caixa Geral de Aposentações, com a referência de que o projeto de resolução n.º 68/XIII (1.ª), do Grupo Parlamentar do BE, será apreciado na reunião da Comissão de Educação e Ciência do dia 19 de julho de 2016.

3.2. Pedidos de audiência

Da FENPROF – Sobre o cumprimento da Resolução n.º 53/2016, que «Recomenda ao Governo a prorrogação do período transitório previsto no estatuto da carreira docente do ensino superior para a conclusão da obtenção do grau de doutor e a contratação efetiva com vínculo público dos docentes do ensino superior público».

Entrando neste ponto, ficou consensualizado agendar para dia 19 de julho este pedido de audiência.

3.3 Ponto de situação dos trabalhos parlamentares

3.3.1. Audiências por conceder

| AUDIÊNCIAS POR DEPUTADO-PILOTO | | | | | |
|--------------------------------|-----|---|--|---|-----------------------------|
| Nº | GP | Deputado Piloto - Indicação em: | Entidade que solicita audiência | Assunto | Data Pedido/distribuição |
| 30 | PS | | Miguel Gaspar Silva | "Tickets Ensino" | 04-05-2016/ 11-05-2016 |
| 32 | PS | | Nuclisol - Jean Piaget | Contratos de Associação | 19-05-2016/ 24-05-2016 |
| 38 | PS | Porfírio Silva, 29/6/2016 – aguarda-se indicação de data para a audiência | Institutos Politécnicos de Lisboa, Coimbra e Porto | Apresentação das suas preocupações e perspetivas de desenvolvimento | 24/6/2016/ 29/6/2016 |
| 39 | PSD | | Conselho de Administração e Direção Pedagógica do instituto de Promoção Social de Bustos | Consequências da aplicação do Despacho Normativo nº 1H/2016 e da rede de escolas com contrato de associação | 24-06-2016/ 29-06-2016 |
| 40 | PS | | Aliança para a Juventude | Apresentação das suas atividades | 24-06-2016/ 29-06-2016 |

Relativamente a este ponto, o Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) informou que a Senhora Deputada Susana Amador (PS) presidiria às audiências a Miguel Gaspar da Silva e à Nuclisol e

que oportunamente comunicaria o representante do Grupo Parlamentar do PS para a audiência da Aliança para a Juventude.

Por sua vez, a Senhora Deputada Maria Germana Rocha (PSD) disse que o seu Grupo Parlamentar indicaria oportunamente o Deputado piloto para a audiência ao Conselho de Administração e Direção Pedagógica do Instituto de Promoção Social de Bustos.

3.3.2. Petições admitidas em 14/6 em que ainda não foi feita a audição dos peticionários

| | | | | |
|-----|------|---|--|--|
| 118 | XIII | 1 | <u>Em defesa da escola pública</u> | Admitida em 2016-06-14 Relator: Joana Mortágua |
| 115 | XIII | 1 | <u>Solicitam a revogação do Despacho Normativo n.º 1-H/2016, que altera os artigos 3.º, 6.º, 8.º, 9.º, 18.º, 19.º, 20.º, 22.º, 23.º, 25.º e 26.º do Despacho Normativo n.º 7-B/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 88, de 7 de maio de 2015, que determina os procedimentos da matrícula e respetiva renovação.</u> | Admitida em 2016-06-14 Relator: A indicar pelo PS |
| 114 | XIII | 1 | <u>Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei - educação.</u> | Admitida em 2016-06-14 Relator: Amadeu Soares de Albergaria |

Entrando neste ponto, ficou consensualizado agendar para dia 19 de julho estes pedidos de audiência.

A este propósito, o Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) defendeu que, tendo as petições um determinado processo associado (nota de admissibilidade, contributos, audição dos peticionários e relatório final), e necessitando de um certo seguimento, o seu tratamento é algo que não se esgota na audição dos peticionários, havendo procedimentos e prazos a respeitar. Ao fazer essas audições no dia 19 de julho poderemos estar a criar uma situação mais complicada, na medida em que depois do dia 20 de julho não podemos dar seguimento a esse processo.

Nesse sentido, solicitou aos serviços para fazer o levantamento dos prazos das petições em causa; se ainda não se tiverem esgotados os prazos, pensa que se devem adiar essas audições para um momento em que seja possível fazê-lo.

3.4. Relatórios de audiências

O relatório de audiência à APROTED (Associação de Professores de Teatro-Educação) foi aprovado por unanimidade.

3.5 Reunião com delegação da Rede Aga Khan

De seguida, o Senhor Presidente informou a Comissão que a reunião com a delegação da Rede Aga Khan teria lugar no dia seguinte, na Sala 7 da Assembleia da República.

3.6. Relatórios de atividades dos Grupos de Trabalho

Lembrou também que os relatórios de atividades dos Grupos de Trabalho do Parlamento dos Jovens, de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação e de Ensino Especial seriam apreciados na reunião do dia 12 de julho.

3.7. Pedidos de sugestões para o Plano de atividades da Comissão

Lembrou também que os contributos para os planos de atividade da Comissão deveriam ser entregues até ao dia 12 de julho.

4. Audição do Ministro da Educação, para apreciação da política geral do Ministério, no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República – 15h00

Dando início à audição o Senhor Presidente deu as boas vindas ao Senhor Ministro da Educação, bem como aos membros da sua equipa, Secretária de Estado Adjunta e da Educação e Secretário de Estado da Educação.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Odete João (PS), Amadeu Soares de Albergaria (PSD), Joana Mortágua (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Virgínia Pereira (PCP), que colocaram questões sobre o ponto da situação de execução do programa de promoção do sucesso escolar, organização do ano escolar, redução das retenções, mandato e prazo do grupo de trabalho sobre o ensino secundário; alargamento da universalidade da educação pré-escolar para crianças com 3 anos e hipótese de a mesma ser assegurada com escolas de IPSS e ainda as obras a desenvolver pela Parque Escolar, E.P.E.; medidas para promoção do sucesso escolar; organização do próximo ano letivo e calendário escolar do mesmo; escolas do ensino artístico especializado e seu financiamento.

O Senhor Ministro da Educação e os Senhores Secretários de Estado responderam a cada um dos Senhores Deputados no seguimento das suas intervenções, referindo-se, designadamente, a medidas de promoção do sucesso escolar (com realce para estratégias locais), simplificação do crédito horário, flexibilidade da gestão, valorização da monodocência, tutorias para alunos com retenções; ao trabalho que estão a desenvolver para a universalidade da educação pré-escolar a partir dos 3 anos, em conjugação com a rede solidária e ao desenvolvimento das respetivas orientações curriculares; à melhoria da compatibilidade dos dados estatísticos

produzidos pelo Ministério; às obras a realizar em várias escolas (cerca de 80); à avaliação externa e interna; ao financiamento das escolas do ensino artístico especializado.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Sandra Pontedeira (PS), Duarte Marques (PSD), Joana Mortágua (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), que colocaram questões sobre formação contínua de educadores de infância; redução de turmas nas escolas privadas; alteração do horário escolar dos professores do 1.º ciclo; criação de uma norma justa de vinculação de professores; hipóteses de desdobramento de turmas; formação e poderes do professor tutor; ponto da situação da gratuitidade dos manuais escolares para o 1.º ano; medidas para os alunos com necessidades educativas especiais ficarem mais de 60% do tempo na sala de aula; colocação dos profissionais de educação e sua precariedade.

O Senhor Ministro da Educação e os Senhores Secretários de Estado responderam a cada um dos Senhores Deputados no seguimento das suas intervenções, referindo-se à formação de educadores de infância; ao estudo sobre a redução de turmas nas escolas privadas; início em outubro de negociações para alteração da lei dos concursos; estudo das hipóteses de adoção de uma norma de vinculação de docentes; proposta de extinção do ensino vocacional e substituição por tutorias, para alunos com mais de 2 retenções; negociação com as editoras em relação ao valor dos manuais escolares; medidas de implementação da gratuitidade dos manuais escolares para os alunos do 1.º ano, com disponibilização dos mesmos pelas escolas; turmas reduzidas e acompanhamento para os alunos com necessidades educativas especiais.

Na 3.ª ronda usaram da palavra os Senhores Deputados Susana Amador (PS), Maria Germana Rocha (PSD), Joana Mortágua (BE), Abel Baptista (CDS-PP) e Carla Cruz (PCP), tendo colocado questões sobre a extensão da gratuitidade dos manuais escolares aos restantes anos do 1.º ciclo; a entrega atempada dos manuais e o trabalho feito com as editoras; o início do orçamento participativo no que respeita à cidadania; o Plano Nacional para a Igualdade e a Cidadania; o despacho de organização do ano letivo; os créditos horários; os cursos vocacionais, o número de alunos que os frequentam, o seu custo e os indicadores de sucesso escolar de quem os frequenta; a reutilização dos manuais escolares; a abertura de uma sala no Agrupamento de Escolas Carlos Amarante, de Braga, para alunos entre os 16 e os 18 anos e a afetação de meios humanos e materiais a essa turma; o modelo de financiamento do ensino artístico especializado e a situação difícil que vive o sector em termos financeiros; as obras em curso em algumas escolas e a remoção de amianto.

O Senhor Ministro da Educação, a Senhora Secretária de Estado e o Senhor Secretário de Estado responderam no fim a todas as intervenções, tendo referido que a gratuitidade dos manuais escolares para o 1.º ano do 1.º ciclo vai abranger cerca de 70 000 a 80 000 alunos, incluindo os do ensino particular e cooperativo; que serão as escolas a comprar os livros a entregar aos alunos abrangidos pela medida, havendo depois lugar a um ressarcimento pelas verbas gastas; que está já em curso um estudo sobre o modelo de reutilização dos manuais

escolares, de forma a dar continuidade à gratuitidade dos manuais para toda a escolaridade obrigatória, a implementar no ano de 2017/2018; que foram devolvidos ao Tribunal de Contas os contratos de financiamento ao ensino artístico especializado, com a fundamentação jurídica pedida pelo tribunal referente ao concurso extraordinário de financiamento, que muitas das questões levantadas se relacionam com questões meramente legais e que esperam ter brevemente uma resposta para que se possa proceder ao pagamento às escolas artísticas; que a validação de turmas para o próximo ano letivo só ficará concluída no final de julho; que seria desejável um aumento das turmas por via dos alunos dos colégios privados, mas que as projeções não apontam nesse sentido; que poderão existir menos 1000 turmas validadas nas escolas do ensino básico e secundário, o que resulta da redução demográfica registada no País; que a partir do próximo ano letivo as escolas terão créditos horários específicos como forma de garantir o novo programa de tutorias, créditos esses que irão permitir às escolas reforçar os seus recursos humanos e que serão distribuídos em função do número de turmas; que com o novo modelo de provas talvez se perca informação em série, mas ganha-se informação acerca de disciplinas que nunca conheceram qualquer acompanhamento ou avaliação externa, como é o caso de História, e que não é por não fazer provas que não há informação sobre o aluno, uma vez que a avaliação interna se mantém.

Num segundo momento intervieram os Senhores Deputados Cristóvão Crespo (PSD), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Luís Monteiro (BE), Susana Lamas (PSD), Porfírio Silva (PS), Pedro Alves (PSD) e Diana Ferreira (PCP), que reiteraram muitas das questões anteriormente colocadas, tendo algumas delas versado sobre a reutilização dos manuais escolares e os beneficiários da ação social escolar; os resultados que o Ministério da Educação pretende obter com o modelo de avaliação proposto, uma vez que a alternância nas disciplinas avaliadas vai apenas permitir tirar «fotografias soltas» do percurso dos alunos, não permitindo traçar um percurso a disciplinas como Português e Matemática; a criação de um grupo de recrutamento para os atuais «técnicos especializados» (embora exerçam funções docentes) de, por exemplo, Língua Gestual Portuguesa (LGP) e de teatro; o *timing* das conclusões do Grupo de Trabalho de Educação Especial recentemente criado pelo Governo; os modelos de financiamento e de avaliação do ensino artístico e a estabilidade do seu corpo docente; os atrasos no pagamento às escolas profissionais; e, por último, o facto de algumas escolas particulares, não dispendo de um contrato de associação, estarem passar a mensagem que os alunos podem matricular-se nas condições anteriormente vigentes, induzindo as famílias em erro.

O Senhor Ministro, a Senhora Secretária de Estado e o Senhor Secretário de Estado responderam no final a todas as questões levantadas, tendo a audição terminado às 18 horas e 30 minutos.

A gravação áudio e vídeo da audição está disponível na [página da Comissão](#).

5. [Petição n.º 88/XIII \(1.ª\)](#) - Apresentada por José Manuel Maurício Brás, solicitando que o Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, seja alterado, de modo a prever a atribuição de certificação a ações de formação de curta duração

Por falta de quórum, este ponto ficou adiado para a próxima reunião da Comissão.

6. [Petição n.º 101/XIII \(1.ª\)](#) — Apresentada por José Manuel Maurício Brás, solicitando a regulamentação que permita a certificação de competências avançadas em TIC, nível III e a revisão do regime legal de avaliação de desempenho dos docentes do grupo 540, no que se refere à formação contínua

Idem.

7. Outros assuntos

8. Data da próxima reunião

12 de julho de 2016

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 18 horas e 30 minutos.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Alexandre Quintanilha)

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 12 de julho de 2016.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Joana Mortágua
João Torres
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Odete João
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Álvaro Batista
Ana Virgínia Pereira
António Eusébio
Carla Cruz
Cristóvão Crespo
Diana Ferreira
Duarte Marques
Elza Pais
Inês Lamego
Pedro Coimbra
Susana Lamas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão
Emília Santos
Margarida Mano
Miguel Tiago

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nilza de Sena